



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

GUILHERME BATISTA AFONSO FERREIRA

**A RELAÇÃO ENTRE EMPREENDEDORISMO E LIBERDADE
ECONÔMICA: o papel do empreendedor sob a ótica da
Escola Austríaca**

Brasília – DF

2015

GUILHERME BATISTA AFONSO FERREIRA

**A RELAÇÃO ENTRE EMPREENDEDORISMO E LIBERDADE
ECONÔMICA: o papel do empreendedor sob a ótica da
escola austríaca**

Monografia apresentada ao
Departamento de Administração como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Mestre, Roque
Magno de Oliveira

Brasília – DF

2015

GUILHERME BATISTA AFONSO FERREIRA

**A RELAÇÃO ENTRE EMPREENDEDORISMO E LIBERDADE
ECONÔMICA: o papel do empreendedor sob a ótica da
Escola Austríaca**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do
(a) aluno (a)

Guilherme Batista Afonso Ferreira

Mestre Roque Magno de Oliveira
Professor-Orientador

Mestre Marcos Alberto Dantas,
Professor-Examinador

Mestre Olinda Maria Gomes Lesses
Professor-Examinador

Brasília, 09 de dezembro de 2015

Dedico este trabalho a todos da minha família que sempre me apoiaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos meus pais que sempre supriram minhas necessidades.

“...confesso que prefiro um conhecimento imperfeito, porém verdadeiro — mesmo que deixe muitas coisas indeterminadas e seja incapaz de fazer previsões —, a um pretenso conhecimento exato, mas provavelmente falso. A credibilidade que teorias aparentemente simples, porém falsas, podem ganhar em decorrência de sua conformidade com padrões científicos reconhecidos pode levar a graves consequências...” (Friedrich A. Hayek)

RESUMO

Diversos autores ao longo da história analisaram o empreendedor sob determinado viés, ora econômico, ora sociológico. Nas últimas décadas, o empreendedorismo passou a ser um tema estudado pela administração, que usou como base para seus estudos o arcabouço teórico de pensadores anteriores. Assim, o presente trabalho agrega ao atual conceito de empreendedor estudado na administração, o ponto de vista da escola austríaca de economia, pautando-se inclusive pelo debate que ocorre no seio dessa escola de economia entre os kirzenianos e rothbardianos. Após agregar o ponto de vista de escola austríaca de economia acerca do empreendedorismo, o presente trabalho analisa a relação entre empreendedorismo e liberdades econômicas. Para analisar a relação, foi utilizado o método estatístico da correlação entre os índices elaborados pela *Global Monitor Entrepreneurship* (empreendedorismo) e a *The Heritage Foundation* (liberdades econômicas)

Palavras-chave: Empreendedorismo, Liberdade Econômica, Escola Austríaca, Kirzner, Rothbard, Schumpeter.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Países da Amostra:	23
Tabela 2 – “R” de Pearson:	24
Tabela 3 – Índice de Empreendedorismo:	25
Tabela 4 – Direito de Propriedade:	27
Tabela 5 – Liberdade de Corrupção:	28
Tabela 6 – Liberdade Fiscal:	29
Tabela 7 – Liberdade Comercial:	30
Tabela 8 – Liberdade de Trabalho:	31
Tabela 9 – Liberdade Monetária:	32
Tabela 10 – Liberdade de Comércio:	33
Tabela 11 – Liberdade de Investimento:	34
Tabela 12 – Liberdade Financeira:	35
Tabela 13 – Países da Amostra:	36
Tabela 14 – Índice de Liberdade Econômica Global:	37
Tabela 15 – Correlações:	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Novos Negócios (empreendedores):	18
Gráfico 2 – Índice de Empreendedorismo:	28
Gráfico 3 – Índice de Liberdade Econômica Global:	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Contextualização	9
1.2	Formulação do problema	9
1.3	Objetivo Geral	10
1.4	Objetivos Específicos	10
1.5	Justificativa	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	Empreendedorismo: Possíveis Origens e Conceitos	12
2.2	Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico	15
2.3	O Debate Austríaco: Kirznerianos e Rothbardianos	18
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	22
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa	23
3.2	Índice de Empreendedorismo	23
3.3	Índice de Liberdade Econômica	24
3.4	População e Amostra	25
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	25
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1	Índice de Empreendedorismo	26
4.2	Índices de Liberdade Econômica	27
4.2.1	Direito de Propriedade	28
4.2.2	Liberdade de Corrupção	29
4.2.3	Liberdade Fiscal	30
4.2.4	Gastos do Governo	31
4.2.5	Liberdade Comercial	32
4.2.6	Liberdade de Trabalho	33
4.2.7	Liberdade Monetária	33
4.2.8	Liberdade de Comércio	35

4.2.9	Liberdade de Investimento	35
4.2.10	Liberdade Financeira	37
4.2.11	Índice de Liberdade Econômica	38
4.3	Correlações	39
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	41
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Diversos são os motivos que levam o empreendedor a se arriscar no mercado de hoje em dia. Sem dúvidas, as chances de lucro e realização pessoal são imensuráveis no empreendedorismo, mas há enormes barreiras a serem superadas. Em especial, no cenário atual em que a economia brasileira se encontra, com diversos fatores desestimulando o empreendedor, como a alta inflação, queda no consumo interno, alta taxa de juros entre outros.

Porém, em meio ao cenário econômico aparentemente não favorável, o empreendedorismo pode ser visto como uma fonte de renda alternativa ao tradicional vínculo empregatício em empresas.

Se por um lado as recentes elevações nas taxas de juros afetam diretamente o cálculo de viabilidade de um novo negócio, o empreendedor deve se atentar para mais essa barreira de entrada que a economia brasileira acaba por impor a vários brasileiros.

Em meio a essa crise econômica e a necessidade de empreendedorismo visto tanto pelo ponto de vista macroeconômico, quanto pelo ponto de vista do indivíduo que se arrisca, muito tem sido discutido sobre o papel do empreendedor através de décadas de literatura acadêmica.

1.2 Formulação do problema

Apesar de toda discussão acadêmica em torno do empreendedorismo, observa-se que no Brasil pouco ainda foi desenvolvido sobre o tema em relação a outros países, como os Estados Unidos, onde diversas áreas da ciência se comunicam em torno do

que Filion (1999) chamou de empreendedologia, ou seja, a ciência do empreendedorismo.

Nesse contexto, através da investigação bibliográfica da literatura brasileira acerca do empreendedorismo, é possível verificar a falta de aprofundamento da interdisciplinaridade entre a administração e o debate da escola austríaca de economia acerca do tema em questão.

A escola austríaca ao longo de décadas tem proposto um grande debate sobre empreendedorismo, que vai desde questões sobre quem é o empreendedor até questões acerca do seu papel na sociedade, conforme demonstrou Gusilano (2013).

Partindo dessa revisão bibliográfica acerca do empreendedorismo, incluído o debate da escola austríaca, mas sem deixar de dialogar com importantes pensadores da administração acerca do tema, o presente trabalho irá verificar por meio de indicadores consolidados na academia se há relação entre Empreendedorismo e Liberdade Econômica.

1.3 Objetivo Geral

Trazer para o debate da Administração científica a contribuição de Escola Austríaca de economia acerca da importância do papel do empreendedor para o desenvolvimento econômico e social da sociedade. Em seguida, será verificado se há relação entre empreendedorismo e liberdade econômica.

1.4 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral acima proposto, é necessário atingir os objetivos específicos listados abaixo:

- Revisar a bibliografia acerca do empreendedorismo;

- Revisar especificamente a bibliografia acerca do empreendedorismo da escola austríaca;
- Obter o índice de empreendedorismo;
- Obter os índices de liberdade econômica da *The Heritage Foundation*;
- Calcular e analisar o grau de correlação entre o índice de empreendedorismo e os de liberdade econômica;

1.5 Justificativa

Apesar do empreendedorismo ter sido estudado primeiramente pelos economistas que buscavam compreender o desenvolvimento econômico da sociedade, o conceito de empreendedorismo se desenvolveu de modo que passou a ser influenciado e a influenciar demais áreas das ciências.

Inegável é a relação entre administração e empreendedorismo, ora o empreendedorismo sendo visto como parte da ciência da administração, ora sendo visto como uma ciência completamente a parte.

Todavia, conforme afirmou Filion (1999) ainda é grande a confusão na literatura a respeito da compreensão do conceito de empreendedorismo, o que reflete diretamente na academia.

Portanto, o presente trabalho se justifica do ponto de vista teórico ao buscar contribuir com o esclarecimento do papel do empreendedor trazendo para o debate acadêmico da administração a apurada argumentação dos autores da escola austríaca de economia.

Ademais, apesar de muitos estudos falarem a respeito dos benefícios da liberdade econômica para a promoção do empreendedorismo, pouco há publicado na academia em no que tange a estudos quantitativos evidenciando a relação entre empreendedorismo e liberdade econômica. Portanto, o presente trabalho justifica-se também no aprofundamento desses estudos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscando realizar da melhor forma a revisão bibliográfica acerca do empreendedorismo, inclusive sob a ótica da escola austríaca, esta seção foi subdividida em três partes, a saber: “Empreendedorismo: Possíveis Origens e Conceitos”, “Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico” e “O Debate da Escola Austríaca”.

2.1 Empreendedorismo: Possíveis Origens e Conceitos

Fundamental para discussão do tema proposto no presente trabalho é compreender as possíveis origens, bem como os possíveis conceitos utilizados para o termo empreendedorismo, conforme se propõe a presente seção.

A origem mais antiga do termo provem do latim medieval, possivelmente antes do século XV de acordo com Cunha (2004), onde era grafado como “*imprehendere*”, sendo passível de tradução por “tomar pelas mãos”, “pôr em execução”, “agarrar”, “pegar”, “tomar”.

Segundo Vérin apud Filion (1999), o termo entre-preneur se desenvolveu ao longo da história. No século XII, o termo era utilizado para se referir a uma pessoa que “incentivava brigas”. Mais tarde, no século XVII, ele era usado para referir-se à uma pessoa responsável por dirigir uma ação militar. Apenas por volta do final do século XVII e começo do século XVIII, o termo passou a ser utilizado para referir-se a quem “criava e conduzia projetos” ou “criava e conduzia empreendimentos”.

De acordo com Cantillon apud Filion (1999), o termo empreendedor só ganhou a atual concepção no início do século XVIII, quando o elemento risco foi incorporado à descrição da atividade empreendedora, ao se referir ao empreendedor como uma pessoa que identifica uma oportunidade e negócio e assumindo o risco, compra determinado insumo, o processa e o revende, após processado.

Sob o ponto de vista do grande teórico do empreendedorismo, Schumpeter (1982) no seu clássico *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, datado de 1911, definiu empreendedorismo como a realização de combinações novas, e empreendedor como os indivíduos que realizam essas novas combinações.

No mesmo clássico, Schumpeter (1982) afirma que nunca é o empreendedor que corre risco, antes o risco do empreendedorismo recai sobre o capitalista proprietário dos meios de produção.

Mais tarde, Schumpeter (1961), ao contrário dos autores neoclássicos como Léon Walras, provavelmente por ter sido aluno do Eugen von Bohm-Bawerk, economista da segunda geração da Escola Austríaca, destacou o empreendedor como sendo o protagonista do mercado ao afirmar que o empreendedor desempenha a função de revolucionar o sistema de produção por meio da inovação, seja ela uma nova mercadoria ou uma nova forma de fabricar uma mercadoria existente.

Em 1962, Rothbard (2009) desenvolve a teoria do empreendedorismo em seu clássico *Man, Economy and State*, ainda sem tradução para o português, apesar de ser considerado por Henry Hazlitt o tratado de economia mais importante desde *Human Action*. Rothbard (2009) afirma que o empreendedor-capitalista é o tipo de empreendedor mais importante do ponto de vista econômico, pois é ele que investe em “capital” (terra e/ou bens de capital) que serão utilizados no processo de produção.

Criticando a visão dos neoclássicos, Rothbard (2009) afirma que devido a dinamicidade do mundo real, os valores e eventos futuros são desconhecidos, cabendo ao capitalista estimá-los, ou seja, cabe, através da especulação de um futuro desconhecido, estimar que no futuro o produto será vendido por um preço lucrativo. Então, ainda segundo Rothbard (2009), os grandes diferenciais do capitalista são a qualidade do seu julgamento e a precisão da sua previsão acerca do futuro desconhecido.

Resumindo a atuação do empreendedor, Rothbard (2009) afirma que o empreendedor-capitalista compra bens ou serviços no presente para vendê-los no

futuro. Então, ele sempre está em alerta em relação as discrepâncias em áreas que ele possa obter ganhos acima da taxa de juros.

Lynn apud Filion (1999) evidenciou a característica criadora que há no empreendedor. Assim, para uma melhor compreensão do termo, foi incorporada a sua descrição a compreensão do comportamento relativo à atitude de pessoas criativas com imaginação ativa. Há de ser ressaltado que a imaginação empreendedora opera em dois níveis distintos, porém complementares: no primeiro nível, o empreendedor imagina o cenário e a situação em que irá empreender, já no segundo nível, imagina-se diversas alternativas de como se organizará para transformar suas visões em realidade.

Mais tarde, Kirzner (1986) concordou com Schumpeter acerca do protagonismo do empreendedor no mercado quando discorreu acerca da importância de seu estado de alerta para oportunidades existentes no mercado, mas não percebidas por todos, que o afastava da sua rotina. Sendo fundamental para o seu papel no mercado o constante desequilíbrio, mesmo que não o fosse perceptível a todos.

Em seguida, Kirzner (1986) tece sua crítica ao dizer que se do ponto de vista schumpeteriano o empreendedorismo tem como elemento crucial a destruição criativa das estruturas existentes, a capacidade de afastar “o sistema do fluxo regular e circular do equilíbrio” para os austríacos, o elemento crucial no empreendedorismo é através de sua capacidade de estar em constante estado de alerta, perceber que há oportunidades ainda despercebidas pelo mercado causando constante desequilíbrio, ainda que o mercado como um todo, por não a perceber, precificasse-a como equilíbrio. Ou seja, se para Schumpeter o empreendedor tem como função básica tirar o mercado do equilíbrio por meio da inovação, para os austríacos, é justamente o empreendedor o agente coordenador que busca gerar equilíbrio sobre os possíveis focos dispersos de desequilíbrio mercadológico que ele venha a perceber.

Por fim, Filion (1999) desenvolve sua própria definição de empreendedor:

O empreendedor é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios.

Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação continuará a desempenhar um papel empreendedor. Um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões.

2.2 Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico

Diversos foram os estudos que demonstraram a nítida relação entre empreendedorismo e o desenvolvimento econômico. O início dessa relação já pôde ser verificado na exposição do livro do Schumpeter na seção que tratou acerca da definição de empreendedorismo, o célebre Teoria do Desenvolvimento Econômico. Todavia, dado ao que se propõe o objetivo geral do presente trabalho, há de se aprofundar um pouco mais nesse tema. Por esse motivo, a presente seção, fará uma abordagem desse tema, propondo-se a explorar um pouco do contexto histórico, mas também, do atual debate.

De acordo com Lucas (1988), dois fatores podem explicar o desenvolvimento econômico: a acumulação do capital, “physical capital”, e a acumulação do capital intelectual, que ele denomina “human capital”, fundamental para as inovações, necessariamente, a combinação desses fatores não é excludente, mas complementar no desenvolvimento econômico de uma sociedade.

Todavia, Lucas (1988) buscando obter um sistema de equações que evidenciasse as variáveis que evidenciam o desenvolvimento econômico, não demonstra a importância do empreendedor em tal processo.

Aghion e Howitt (2005) contribuíram bastante acerca desse debate ao afirmarem que a entrada de novos empreendedores em determinado mercado, ou a simples constante possibilidade de entrada de novos empreendedores (“ameaça”), resultam em aumento de produtividade e de inovação dos atuais empreendedores presentes no mercado. Como esperado, isso deriva diretamente das inovações de qualidade dos novos empreendedores entrantes. Porém, Aghion e Howitt (2005) demonstram

que a ameaça que o atual empreendedor sofre de perder seu *market-share* no atual mercado por parte de um novo empreendedor entrante, gera incentivo ao atual empreendedor em inovar e impedir a entrada de novos empreendedores concorrentes.

Posterior a Lucas (1988), Audretsch et al. apud Barros e Pereira (2008) buscando evidenciar o papel do empreendedor, formalizam a Teoria do Empreendedorismo pelo Transbordamento do Conhecimento (*Knowledge Spillover Theory of Entrepreneurship*). Essa teoria assume que uma das fontes de oportunidade de empreendedorismo está no conhecimento e novas ideias não aproveitadas comercialmente pelos laboratórios de pesquisa de universidades e grandes empresas que as geraram.

Partindo dessa teoria, Audretsch et al. apud Barros e Pereira (2008) levantaram a seguinte hipótese acerca do crescimento econômico: níveis mais altos de crescimento econômico devem resultar de maior atividade empreendedora? Após aplicar seu teste, verificou-se que o empreendedorismo é um fator para explicar o desenvolvimento econômico, pois onde há maior índice de empreendedorismo, maior é o produto interno bruto e sua variação.

Através da figura abaixo, Barros e Pereira (2008) demonstram as relações entre empreendedorismo e crescimento econômico: Novos empreendedores entrantes em mercados específicos geram concorrência, especialmente se entrarem com algum tipo de inovação, no sentido schumpeteriano, explorado na seção anterior. Essa entrada de novo empreendedor gera um desequilíbrio mercadológico, que vem a ser suprido através de saídas do mercado, fusões, ou até mesmo inovações dos empreendedores estabelecidos para se manterem concorrentes com o novo empreendedor entrante. Toda essa nova estrutura mercadológica, gera um desempenho mais eficiente no mercado, maximizando o desempenho econômico, ou seja, gerando crescimento do PIB e diminuindo o desemprego.

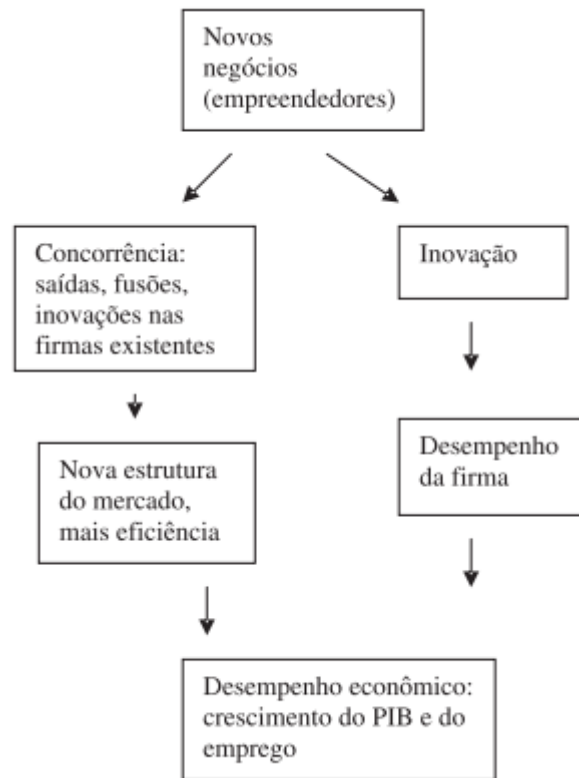


Gráfico 01: Novos Negócios (empreendedores)

Fonte: Barros e Pereira (2008)

Ainda acerca desse tema, Barros e Pereira (2008) utilizando o contexto dos municípios de Minas Gerais, corroboram com Stel et. al (2005), que utilizou amostra de 36 países, afirmam que apesar do empreendedorismo contribuir para uma menor taxa de desemprego, há relação negativa entre atividade empreendedora por necessidade, ou seja, por falta de melhor alternativa de trabalho produtivo, e crescimento econômico. Ou seja, o empreendedor por necessidade pouco, ou nada, contribui para o crescimento econômico, ao contrário do empreendedor inovador, descrito por Schumpeter (1981), que identifica oportunidades inexploradas.

2.3 O Debate Austríaco: Kirznerianos e Rothbardianos

Atualmente não se pode ignorar a contribuição que Kirzner (1986) trouxe ao debate acerca de empreendedorismo. Conforme visto nesse capítulo, na seção anterior, o grande *insight* de Kirzner (1986) foi acrescentar à teoria do empreendedor a perspicácia, ou melhor, seu contínuo estado de alerta como principal característica.

Cabe ressaltar a visão de Mises (1995) ao afirmar que toda ação humana é necessariamente uma ação empreendedora, pois toda ação de qualquer homem está inerentemente sujeita à incerteza em relação ao futuro. Logo, todo homem, é um especulador, inclusive o próprio consumidor ao prover suas necessidades futuras.

Todavia, para prosseguir a investigação científica, não se pode deixar levar pelo simplório raciocínio que assume que se toda ação é empreendedora, logo, todos são empreendedores. De fato, há uma função empreendedora em toda ação humana, mas também é inegável os demais aspectos da função humana. Portanto, o presente trabalho não dará foco ao debate do empreendedorismo como função, mas à figura do empreendedor.

Kirzner (1986) traz o conceito do empreendedor puro como sendo o agente que toma decisões cujo papel deriva exclusivamente do seu estado de alerta para oportunidades até então não percebidas.

Kirzner (1986) ao afirmar que era possível separar e isolar o empreendedorismo puro do capitalista dono dos meios de produção, estava indo contra toda tradição austríaca, como, por exemplo, Rothbard (2009) e Hezlitt (1990), vindo a receber argumentos contrários, como, por exemplo, Hulsmann (1997) que afirmava que o empreendedor é necessariamente capitalista, pois ele é proprietário de algum recurso econômico seja o capital ou não.

Todavia, Kirzner (1986) faz uma importante ressalva ao dizer que o empreendedor puro é apenas um artifício analítico que permite uma simplificação da teoria de mercado.

Uma crítica que cabia ao Kirzner (1986), mas foi direcionada ao Keynes (1982) foi feita por Salerno (2008) ao afirmar que a artificial separação que Keynes (1982) fazia entre empreendedor e capitalista não é de forma alguma cabível nem mesmo em teoria, pois a função essencial dos empreendedores, ao assumirem riscos, necessariamente implica na propriedade do capital.

Salerno (2008) ainda tece sua crítica acerca da difusão do termo “empreendedor puro” no debate da escola austríaca que tem sido usado para se referir a uma imagem mental irrealizável do empreendedor completamente separados de todas suas funções capitalistas devido a finalidade específica analítica.

Não somente criticando o “empreendedor puro”, Salerno (2008) explica que o empreendedor necessariamente integra de forma inerente os papéis de portador da incerteza em relação ao futuro, investidor de capital e proprietário. Assim, o empreendedor seria o agente que primeiramente assume ativamente o risco de investir capital na compra de insumos a valores presentes, em seguida, gere esses insumos de forma a transformá-los em bens ou serviços que virão a ser vendidos por um preço que foi antecipado para ser maior que o preço dos fatores de produção.

Acerca da definição de Salerno (2008), vale lembrar que Mises (1995) definia o empreendedor como aqueles indivíduos motivados por sua ânsia em lucrar no processo de adaptação da produção em decorrência das mudanças esperadas e prováveis nas condições de mercado. Portanto, os empreendedores são os indivíduos que possuem maior iniciativa, maior espírito aventureiro, uma percepção mais rápida e apurada que a da maioria dos indivíduos, ou seja, são os “dinâmicos pioneiros da iniciativa privada que promovem o desenvolvimento econômico”.

Inovando a forma de pensar da escola austríaca, Hulsmann (1997) argumenta que é impossível que o empreendedor visualize uma oportunidade inexplorada caso ele não possua “cérebro e aparatos sensoriais”. Essa afirmação de Hulsmann (1997) é passível do entendimento de que o capital que o empreendedor capitalista detém não é necessariamente o capital físico, podendo ser também entendido como capital humano, ou intelectual.

No mesmo sentido, Horwitz (2002) afirma que o papel do capital é fundamental para o entendimento do processo de produção. Sendo que a definição de capital não se restringe aos bens de capital, sendo que além dos bens de capital, estão inclusos na definição de capital não só serviços e capital humano, como também intangíveis, como reputação e *good will*.

Outro crítico de Kirzner (1986), foi Cowen (2003) que ao afirmava que a teoria de Kirzner a respeito do estado de alerta aparenta se tratar basicamente de uma resposta automática, como um instinto, por parte do corpo do empreendedor em resposta ao meio ao invés de se tratar de como a mente humana se relaciona com o fenômeno econômico.

Todavia, acerca dos próprios escritos, mais tarde, Kirzner (1999) veio a considerar que anteriormente ele não enxergava que a função do empreendedor era a de introduzir novos produtos, ou tecnologia que maximizasse a eficiência dos atuais métodos de produção, mas sua função era simplesmente notar oportunidades de lucro existentes. Ou seja, a ênfase de sua teoria estava em reconhecer o empreendedor como a pessoa que alertamente, mas de forma passiva, simplesmente percebesse as oportunidades.

Ainda no mesmo artigo, Kirzner (1999) reconhece algumas críticas que sua teoria recebeu por parte dos “Rothbardianos” ao dizer que de fato um certo número de escritores “geralmente simpatizantes da visão de Mises” acerca do processo competitivo de mercado sentiram-se desconfortáveis com sua ênfase no papel passivo do empreendedor ao notar uma oportunidade. Em seguida, ele reconhece que para seus críticos a visão Schumpeteriana do empreendedor agressivo, ativo e inovador parece ser um retrato muito mais fiel do empreendedor do mundo real.

Clark apud Salerno (2008) muito antes de Kirzner já o contrapunha fortemente, pois afirmava que em um mercado dinâmico o empreendedor deixa sua posição passiva e toma decisões importantes que levam a mudanças nos negócios. Assim, essa tomada de decisões não é um trabalho comum, mas realmente um trabalho produtivo, pois resulta na realocação do trabalho e do capital de modo que eles venham a produzir de forma mais eficiente.

A crítica de Hulsmann (1999) ao Holcombe (1998) se encaixa perfeitamente como uma crítica à visão de Kirzner (1986), pois ele afirma que pelo fato da falta de mudança mercadológica poder ser a consequência e não a causa da falta de empreendedorismo, a teoria de Holcombe (1998) implica uma visão do empreendedor passivo, portanto, contradizendo a existência de escolha do empreendedor. Assim, ou o homem age escolhendo para onde irá direcionar sua percepção ou ela é direcionada por fatores externos. Caso isso fosse verdade, a economia, enquanto ação humana, deveria ser estudada da mesma forma que as ciências naturais lida com seus ramos do conhecimento.

Em outro artigo Hulsmann (1997) explica que a percepção do empreendedor é necessariamente uma ação, pois é uma manifestação da escolha. Portanto, o empreendedor necessariamente age de forma ativa, posto que ele procura conscientemente a oportunidades inexploradas de lucro.

Recentemente, Sautet (2008) veio a defender a visão do empreendedor passivo, afirmando que a descoberta e o julgamento acerca das condições futuras são o que constituem a função empreendedora. Portanto, em uma economia de mercado, o fenômeno de descoberta e julgamento são guiados pela existência do lucro.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A metodologia escolhida para mensurar o grau de empreendedorismo de um determinado país foi o GEM (Global Entrepreneurship Monitor) pelo fato de ser considerado e reconhecido mundialmente como um excelente instrumento de monitoramento do nível de empreendedorismo.

Quanto à mensuração do grau de liberdade econômica, optou-se por utilizar o índice mensurado pela Heritage Foundation, que leva em consideração diversos aspectos, culminando em um índice robusto aplicado mundialmente há vários anos, sendo, portanto, adequado aos objetivos.

Nesse trabalho, para verificar a relação existente entre empreendedorismo e a liberdade econômica, foi escolhido o método estatístico da correlação que determina a intensidade da relação entre duas variáveis observadas ao longo do tempo.

A intensidade entre as duas variáveis pode ser medida pelo coeficiente de correlação chamado “r de Pearson”, segundo Stevenson (1981). O r de Pearson é calculado pela divisão da covariância entre duas variáveis pela raiz quadrada do produto das variâncias das variáveis.

Quanto a interpretação, neste trabalho foi utilizada a proposta por Dancey e Reidy apud Figueiredo e Silva (2009), que pode ser observada na tabela abaixo, válido tanto para valores positivo quanto negativos:

Interpretação r de Pearson	Valor do r
Correlação fraca	$r < 0,3$
Correlação moderada	$0,3 < r < 0,7$
Correlação forte	$0,7 < r$

Tabela 01 – Interpretação do r de Pearson

Fonte: Dancey e Reidy (2005), com adaptações do autor

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Visando uma melhor compreensão acerca do empreendedorismo, o trabalho foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica que buscou na literatura estudos, informações e pesquisas sobre o tema e assuntos correlatos, conforme visto no referencial teórico.

Segundo Gil (2002) a pesquisa é qualificada quanto à natureza como descritiva, pois pretende, por meio da comparação, descrever a relação existente entre o empreendedorismo e a liberdade econômica.

Foi utilizado o método quantitativo devido ao tratamento dado aos dados obtidos através de levantamento de caráter secundário no banco de dados do *Global Entrepreneurship Monitor* e o banco de dados da *The Heritage Foundation*.

Na pesquisa também é classificada como tendo um corte horizontal, dado o período entre 2005 e 2014 em que o estudo de relação entre os índices supracitados foi feito.

3.2 Índice de Empreendedorismo

O índice de empreendedorismo escolhido foi o Global Entrepreneurship Monitor, que começou como um projeto entre a Babson College (EUA) e a London Business School (RU) com o objetivo de entender a razão que leva alguns países a serem mais empreendedores que outros.

Tendo sido aplicado nos últimos 16 anos, foram feitas mais de 200.000 entrevistas em mais de 100 países através de mais de 500 especialistas em pesquisa sobre empreendedorismo e mais de 300 acadêmicos e instituições de pesquisa, graças ao financiamento de mais de 200 instituições.

Em cada economia, o GEM olha para dois elementos: o comportamento e as atitudes dos empreendedores e o contexto nacional e como ele impacta o empreendedorismo.

3.3 Índice de Liberdade Econômica

O índice escolhido para mensurar a liberdade econômica foi o índice que é calculado pela *The Heritage Foundation* em parceria com o *The Wall Street Journal* anualmente. O índice é mensurado desde 1995, sendo que atualmente analisa a liberdade econômica de 186 países.

Para *The Heritage Foundation* liberdade econômica é um direito fundamental de cada ser humano de controlar seu próprio trabalho e propriedade. Portanto, em uma sociedade economicamente livre, indivíduos são livres para trabalhar, produzir, consumir e investir da forma que quiserem.

O índice de liberdade econômica é calculado tendo por base 10 liberdades econômicas, dispostas em quatro grupos, conforme abaixo:

- Estado de Direito: Direitos de Propriedade e Liberdade de Corrupção;
- Governo Limitado: Liberdade Fiscal e Gastos do Governo;
- Eficiência Regulatória: Liberdade Comercial, Liberdade de Trabalho e Liberdade Monetária;
- Mercados Abertos: Liberdade de Comércio, Liberdade de Investimento e Liberdade Financeira

Cada uma das 10 liberdades econômicas acima é pontuada de 0 até 100 e para chegar ao índice de liberdade final se tira a média das 10 categorias. Portanto, toda liberdade tem a mesma relevância.

3.4 População e Amostra

Para o presente trabalho, foram selecionados 11 países pelo critério de disponibilidade de dados tanto do índice de liberdade econômica quanto do GEM desde o ano de 2005, conforme tabela abaixo:

Países
Argentina
Bélgica
Brasil
Espanha
Estados Unidos
Finlândia
França
Holanda
Japão
Noruega
Reino Unido

Tabela 02 – Países da Amostra
Fonte: Próprio autor

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Primeiramente foi acessado o site da *Global Entrepreneurship Monitor* e retirado todos os dados disponíveis de todos os anos desde 1994 e todos os países.

Em seguida, foi acessado o site da *The Heritage Foundation* para se retirar todos os dados disponíveis de todos os países desde 1995.

Por fim, foi escolhido para análise o período entre 2005 e 2014. Ao longo desse período somente 11 países dispunham de dados disponíveis nos dois indicadores, que são os demonstrados na seção anterior.

Para todos os índices e cálculos de correlações foi utilizado a ferramenta *Excel* da empresa *Microsoft*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente seção será primeiramente apresentado os dados do *Global Monitor Entrepreneurship*, e, em seguida, os dados das Liberdades Econômicas da *The Heritage Foundation*.

Após a apresentação dos dados, será apresentada a correlação dos dados, de forma que se evidenciará quais tipos de liberdade econômica mais possuem relação com o empreendedorismo.

Ao longo da apresentação dos dados colhidos, será relacionado os resultados apresentados com a literatura analisada na seção do referencial teórico.

4.1 Índice de Empreendedorismo

Após coletar os dados do Global Monitor Entrepreneurship, foi possível tabelá-los, conforme tabela 03 e transformá-los no gráfico 02.

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	9,49	10,24	14,43	16,54	14,68	14,20	20,78	18,88	15,93	14,41
Bélgica	3,93	2,73	3,15	2,85	3,51	3,67	5,69	5,20	4,92	5,40
Brasil	11,32	11,65	12,72	12,02	15,32	17,50	14,89	15,44	17,31	17,23
Finlândia	4,92	4,99	6,91	7,34	5,17	5,72	6,25	5,98	5,29	5,63
França	5,35	4,39	3,17	5,64	4,35	5,83	5,73	5,17	4,57	5,34
Japão	2,20	2,90	4,34	5,42	3,26	3,30	5,22	3,99	3,72	3,83
Holanda	4,34	5,40	5,18	5,20	7,19	7,22	8,21	10,31	9,27	9,46
Noruega	9,11	8,90	6,18	8,70	8,53	7,72	6,94	6,75	6,25	5,65
Espanha	5,65	7,27	7,62	7,03	5,10	4,31	5,81	5,70	5,21	5,47
Reino Unido	6,19	5,76	5,53	5,91	5,74	6,42	7,29	8,98	7,14	10,66
Estados Unidos	12,44	10,03	9,61	10,76	7,96	7,59	12,34	12,84	12,73	13,81
Média	6,81	6,75	7,17	7,95	7,35	7,59	9,01	9,02	8,40	8,81

Tabela 03 – Índice de Empreendedorismo

Fonte: *Global Entrepreneurship Monitor* (Elaborado pelo Autor)

Como se pode observar, no período de dez anos analisado, o índice de empreendedorismo da amostra subiu quase 30% nos países da amostra, evidenciando um aumento na propensão a empreender em diversos países em diversos continentes.

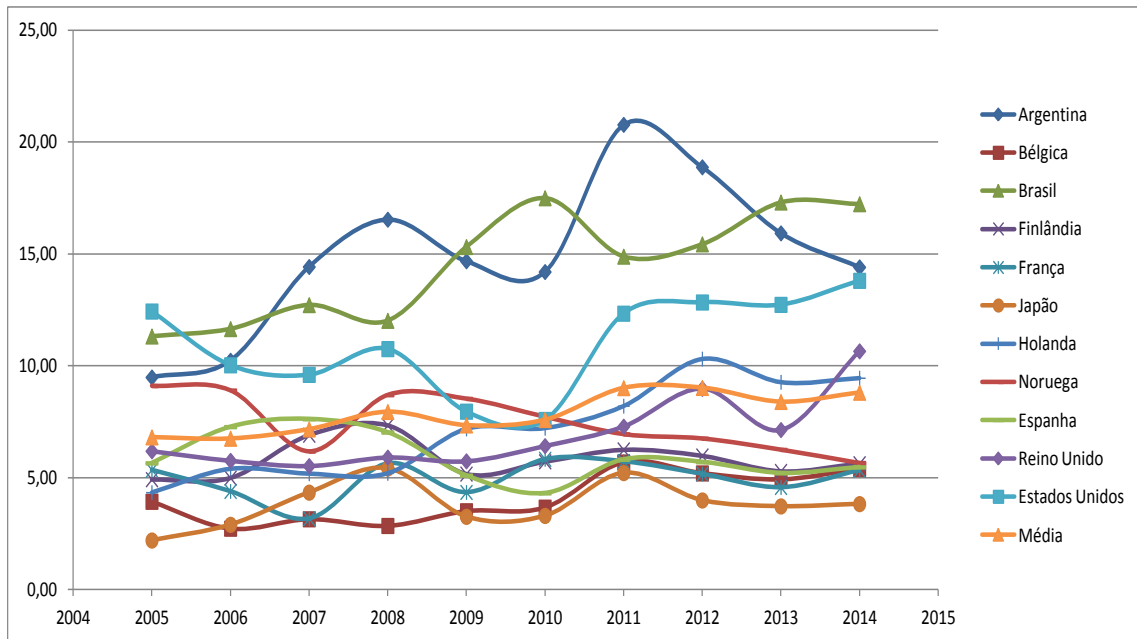


Gráfico 02 – Índice de Empreendedorismo

Fonte *Global Entrepreneurship Monitor* (Elaborado pelo Autor)

Observa-se no gráfico 02 que a Argentina e o Brasil possuem constantemente altíssimos níveis de empreendedorismo, chegando a obter índices de três a quase quatro vezes os de países como Bélgica e Japão.

4.2 Índices de Liberdade Econômica

Para melhor apresentar o Índice de Liberdade Econômica, a presente seção será organizada de forma a primeiramente apresentar os índices que compõe o índice Estado de Direito (Direitos de Propriedade e Liberdade de Corrupção), em seguida os índices que compõe o índice de Governo Limitado (Liberdade Fiscal e Gastos do Governo), posteriormente os índices que compõe o índice Eficiência Regulatória

(Liberdade Comercial, Liberdade de Trabalho e Liberdade Monetária), por fim os índices que compõe o índice Mercados Abertos (Liberdade de Comércio, Liberdade de Investimento e Liberdade Financeira).

Após a apresentação dos dez índices de liberdade econômica, será apresentado a sumarização de cada um, ou seja, os índices de Estado de Direito, Governo Limitado, Eficiência Regulatória e Mercados Abertos, que são elaborados a partir da média dos seus sub-índices.

Por fim, será apresentado o índice da *The Heritage Foundation*, que é elaborado pela média dos dez índices de liberdade econômica.

4.2.1 Direito de Propriedade

Ao longo da história diversos economistas têm defendido ferrenhamente o Direito de Propriedade como sendo um dos direitos mais importantes para a civilização. Entre esses economistas, cabe destacar Mises (1995), Rothbard (2009), Hoppe (2006).

Na tabela 04 estão tabulados os dados referentes ao Direito de Propriedade:

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	30	30	30	30	20	20	20	20	15	15
Bélgica	90	90	80	80	80	80	80	80	80	80
Brasil	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Finlândia	90	90	90	90	95	90	90	90	90	90
França	70	70	70	70	70	80	80	80	80	80
Japão	70	70	70	70	70	80	80	80	80	80
Holanda	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
Noruega	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
Espanha	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70
Reino Unido	90	90	90	90	90	85	85	90	90	90
Estados Unidos	90	90	90	90	90	85	85	85	85	80
Média	75,45	75,45	74,55	74,55	74,09	74,55	74,55	75,00	74,55	74,09

Tabela 04 – Direito de Propriedade

Fonte: *The Heritage Foundation* (Elaborado pelo Autor)

Como se pode ver na tabela 04, a média da amostra em relação ao direito de propriedade tem sido bem satisfatória, com exceção da Argentina que tem tido desempenho com cerca de um terço da média. Bem distante da Argentina, mas também com uma média baixa em relação aos outros países da amostra, o Brasil tem mantido um índice de cerca de 67% da média dos outros países.

4.2.2 Liberdade de Corrupção

A corrupção tem sido um tema muitíssimo debatido no mundo ultimamente. A preocupação com o desvio de dinheiro público para fins privados é visto de forma preocupante pela sociedade, que tem pressionado seus representantes por leis mais duras no combate à corrupção, como é o caso do Brasil, que tem vivido o maior escândalo de corrupção em valores monetários da sua história.

Na tabela 05 estão tabulados os dados referentes à Liberdade de Corrupção:

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	25	25	28	29	29	29	29	29	30	29,5
Bélgica	76	75	74	73	71	73	71	71	75	74,2
Brasil	39	39	37	33	35	35	37	37	38	37,9
Finlândia	97	97	96	96	94	90	89	92	94	93,4
França	69	71	75	74	73	69	69	68	70	69,9
Japão	70	69	73	76	75	73	77	78	80	77,8
Holanda	89	87	86	87	90	89	89	88	89	88
Noruega	88	89	89	88	87	79	86	86	90	88,1
Espanha	69	71	70	68	67	65	61	61	62	62,6
Reino Unido	87	86	86	86	84	77	77	76	78	76,4
Estados Unidos	75	75	76	73	72	73	75	71	71	72
Média	71,27	71,27	71,82	71,18	70,64	68,36	69,09	68,82	70,64	69,98

Tabela 05 – Liberdade de Corrupção

Fonte: *The Heritage Foundation* (Elaborado pelo Autor)

Conforme observado na tabela 05, a Argentina e o Brasil obtiveram baixos índices em Liberdade de Corrupção, assim como em Direitos de Propriedade, obtendo índices em torno da metade dos índices médios da amostra. Cabe observar que há uma fortíssima correlação de 0,94 entre Direitos de Propriedade e Liberdade de

Corrupção. Ou seja, há fortes indícios de que a medida mais efetiva de minimizar o grau de corrupção de um país é estabelecendo claros Direitos de Propriedade.

4.2.3 Liberdade Fiscal

A Liberdade Fiscal talvez venha a ser a liberdade que mais afeta o cidadão médio no dia a dia, pois está ligada diretamente ao seu bolso, seja seu imposto de renda ou um imposto que paga na compra de determinado produto, até mesmo os impostos sobre empresas, que afeta diretamente os empreendedores.

Na tabela 06 estão tabulados os dados referentes à Liberdade Fiscal:

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	72,7	71,5	70,7	70,5	70,3	69,5	68,7	65,5	64,3	63,5
Bélgica	42,1	42,8	44,1	43,9	41,5	42,2	41,8	44,8	45	44,8
Brasil	86,2	83,8	68,6	68,6	65,8	68,4	69	69,1	70,3	68,8
Finlândia	58	61,9	63,1	64,3	64,3	65,4	65,3	65,4	66,9	65,1
França	44,8	46,6	46,3	53,2	50,9	51,9	52,3	53,8	53	48,4
Japão	70,7	70,9	70,9	70,3	67,5	67,2	67	67,1	69,2	69,2
Holanda	45,7	48	48,8	51,6	50,9	52	50,6	51,2	52,1	51,7
Noruega	50,4	50,8	50,6	50,3	50,3	50,5	51,6	52,5	51	50,6
Espanha	55,4	55,3	55,2	54,5	58,6	58,1	61	61,3	53,9	54
Reino Unido	62,3	62,3	62	61,2	61	61,8	52	56,4	57	56,6
Estados Unidos	68,6	68,9	69	68,3	67,5	67,5	68,3	69,8	69,3	65,8
Média	59,72	60,25	59,03	59,70	58,96	59,50	58,87	59,72	59,27	58,05

Tabela 06 – Liberdade Fiscal

Fonte: *The Heritage Foundation* (Elaborado pelo Autor)

Como se pode observar na tabela 06, o Brasil merece destaque no quesito liberdade fiscal entre os países de nossa amostra, pois apesar de ter caído relevantemente entre 2006 e 2007, possui índice bastante elevado em relação à média, juntamente com a Argentina, Estados Unidos e Japão. Preocupante nessa liberdade é a Bélgica, que está bem abaixo da média.

4.2.4 Gastos do Governo

Gastos do Governo é uma constante preocupação em diversos países. Em especial o Brasil, que devido ao alto gasto governamental que excede sua receita, mantém uma das taxas de juros mais altas do mundo para conseguir captar recursos, o que afeta diretamente os empreendedores, que nesse cenário deixam de empreender de forma mais robusta devido aos juros elevados que pagariam em um empréstimo para se financiarem.

Na tabela 07 estão tabulados os dados referentes aos Gastos do Governo:

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	73,7	81,5	81,5	80,9	75,6	75,6	81,7	56,9	52,1	49,9
Bélgica	22	26,8	26,5	17,9	28,3	30	25	12,1	14,5	14,8
Brasil	69,9	71,7	55,5	55,5	50,3	50,3	49,6	54,8	54,8	54,1
Finlândia	22,3	24,4	23,5	29,1	28,6	32,9	26,5	5,2	12,2	8,9
França	10,9	11,2	13,5	13,2	14,5	17,9	16,4	5,3	5,6	5,6
Japão	57,6	58,3	58,3	56,2	61,1	61,1	58,7	47	45	47,1
Holanda	28	29,1	34,9	38,2	36,2	38,4	36,8	20,9	24,7	25,6
Noruega	28,3	34,9	37,6	46,3	50,5	49,8	51,5	35,3	40,3	42,2
Espanha	53	50,5	54,8	56,2	55,3	54,8	49,3	37,1	43	38,7
Reino Unido	43,5	43,5	42,7	40,1	40,3	41,9	32,9	21,5	27,7	29,5
Estados Unidos	60	61,1	60,3	59,8	59,6	58	54,6	46,7	47,8	48,1
Média	42,65	44,82	44,46	44,85	45,48	46,43	43,91	31,16	33,43	33,14

Tabela 07 – Gastos do Governo

Fonte: *The Heritage Foundation* (Elaborado pelo Autor)

Como se pode observar na tabela 07, no período analisado, os Gastos do Governo sempre foram elevados, tornando-se ainda mais preocupantes a partir do ano de 2012, quando a média do índice passou para 31,16. A situação da França merece destaque devido ao fato estar sempre com altíssimo Gastos do Governo.

4.2.5 Liberdade Comercial

A liberdade comercial é a que mais afeta o empreendedor em termos de regulação governamental. Trata-se da facilidade que o empreendedor possui para abrir um negócio, operá-lo (ex: obtenção de licenças) e fechar um negócio, sendo essas variáveis mensuradas em termos de dias e custo.

Na tabela 08 estão tabulados os dados referentes à Liberdade Comercial:

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	70	62,9	63,9	63,7	62,1	62,1	62,4	61	60,1	53,9
Bélgica	70	90,7	92,6	93,7	93,2	92,9	92,6	92,3	91,6	89,9
Brasil	70	53,5	54,2	54	54,4	54,5	54,3	53,7	53	53,8
Finlândia	85	95,4	95,3	95,2	95,1	95	95	94,9	94,8	93,6
França	70	88	87,2	88	87,4	86,3	85,6	83,7	84	79,9
Japão	70	87,2	91,2	88,1	85,8	84,5	83,8	81,8	81,3	80
Holanda	70	87,5	88,4	88	86,5	82,6	81,9	81,9	83	89,7
Noruega	70	91,4	91,1	89,1	88,1	88,8	88,3	88,4	92,6	90,9
Espanha	70	78,7	78	77,9	76,8	75,8	77,2	81,3	80,3	77,3
Reino Unido	85	91,5	91,2	90,8	89,8	94,9	94,6	94,7	94,1	92
Estados Unidos	85	93,2	91,4	92,6	91,9	91,3	91	91,1	90,5	89,2
Média	74,09	83,64	84,05	83,74	82,83	82,61	82,43	82,25	82,30	80,93

Tabela 08 – Liberdade Comercial

Fonte: *The Heritage Foundation* (Elaborado pelo Autor)

Na amostra desse trabalho, os índices referentes à Liberdade Comercial tenderam a ser elevados, como bem se pode observar nos exemplos da Bélgica, Finlândia, Holanda, Noruega, Reino Unido e Estados Unidos. Como se pode observa na tabela 08, a Argentina, e, principalmente, o Brasil estão abaixo da média.

Nota-se que há uma correlação negativa entre esse índice e o índice de GME de – 0,64. Ou seja, apesar de países como Argentina e Brasil possuírem uma regulamentação excessiva em relação a Liberdade Comercial, os empreendedores desses países se esforçam sobremaneira para empreender.

4.2.6 Liberdade de Trabalho

Liberdade de Trabalho refere-se às regulações que o Estado impõe aos empreendedores na hora de contratar ou demitir seus funcionários, ou seja, os direitos trabalhistas. Apesar da ótima intenção, esses direitos tem um lado negativo para os trabalhadores fora do mercado de trabalho, pois os encargos impostos em uma futura demissão se tornam uma barreira de contratação para o empreendedor, dificultando o dinamismo que o mercado exige.

Na tabela 09 estão tabulados os dados referentes à Liberdade de Trabalho:

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	43,9	44,4	42,9	42,9	45,6	50,1	47,9	48,9	47,4	44,9
Bélgica	68	68,4	70,8	71,6	70,5	67,1	71	71,3	69,8	72,7
Brasil	64,6	66,1	64,1	63,9	62,7	57,5	57,8	59,1	57,2	49,8
Finlândia	49,9	47,4	45,6	46,4	44,8	43,8	41,4	42,4	45,3	46,5
França	54,3	56,5	56,1	56,4	54,5	54,7	51,4	51,6	50,5	51,8
Japão	83,3	84,4	83	85,1	82,5	82,4	81,1	81,4	80,3	79,8
Holanda	61,5	62,9	62,7	65,8	63,3	59,1	58,3	60	58,6	59,6
Noruega	49,3	50,6	49	49,5	48,6	47,1	45,8	46,3	44,7	44,6
Espanha	48,8	50	49,3	50,2	48,3	47,3	53	51,8	54,3	52,2
Reino Unido	79	81,1	79	79,5	78,5	72,8	71,2	71,5	71,6	73,1
Estados Unidos	95,4	97,8	94,7	95,4	95,1	94,8	95,7	95,8	95,5	97,2
Média	63,45	64,51	63,38	64,25	63,13	61,52	61,33	61,83	61,38	61,11

Tabela 09 – Liberdade de Trabalho

Fonte: *The Heritage Foundation* (Elaborado pelo Autor)

Como se pode observar na tabela 09, os Estados Unidos desfrutam de grande Liberdade de Trabalho, bem acima da média da amostra. Grande benefício dessa liberdade pode ser verificado pelos baixíssimos números de desemprego que os Estados Unidos têm atingido ultimamente, contrariando expectativas do próprio Federal Reserve (o Banco Central americano).

4.2.7 Liberdade Monetária

O índice de Liberdade Monetária mensura o quão estabilizado está a inflação nos últimos três anos do país e quão livre é a flutuação nos preços em geral. Esse índice é fundamental para o planejamento econômico-financeiros dos empreendedores na criação de negócios, expansão de empreendimentos, etc.

Na tabela 10 estão tabulados os dados referentes à Liberdade Monetária:

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	65,4	71,5	71,4	65	60,6	61,2	63,2	60,7	60,4	60
Bélgica	81,8	81,5	80,5	80,4	81	77,9	82,5	81,2	79,3	79,5
Brasil	72,7	76,3	72,6	75,7	77,2	75,8	75,9	75,8	74,4	69,9
Finlândia	88	90,8	89,9	88,5	87,4	78,9	80,7	81,3	79,5	78,9
França	86	85,6	81	81,2	71,7	79,7	83,7	82,3	81,1	76,1
Japão	90,6	92,5	90,9	94,3	93,6	88,8	87,9	88,9	90,6	87,5
Holanda	84,8	86,6	87,2	86,9	87	81	82,7	83,6	81,1	79,9
Noruega	85,5	88,7	82,5	76,1	78,1	74,2	75,1	75,1	76,9	78,7
Espanha	83,9	83,9	78,5	78,1	78,9	77,7	82,4	81,5	79,9	79,9
Reino Unido	85	86,7	81,3	80,7	80,4	73,7	74,9	73,9	72,4	73,5
Estados Unidos	85,7	85	83,8	83,7	84	78,1	77,4	77,2	75	75,4
Média	82,67	84,46	81,78	80,96	79,99	77,00	78,76	78,32	77,33	76,30

Tabela 10 – Liberdade de Monetária

Fonte: *The Heritage Foundation* (Elaborado pelo Autor)

Como se pode observar na tabela 10, nossa amostra é composta por países com bom grau de liberdade monetária, havendo de discrepância positiva o Japão e negativa a Argentina. Com a presente liberdade econômica, há uma correlação negativa de $-0,68$ com o índice de empreendedorismo.

Como no caso o da Liberdade Comercial, mesmo com níveis baixos de Liberdade Monetária, a Argentina possui alto grau de empreendedorismo. O contrário pode ser observado no caso do Japão, que apesar de possuir alto nível de Liberdade Monetária, o que facilita em muito o grau de planejamento de empreendedores, e, portanto, facilita a sua percepção acerca de oportunidades inexploradas de ganhos, há baixíssimo grau de empreendedorismo em relação aos outros países da amostra.

4.2.8 Liberdade de Comércio

A Liberdade de Comércio é mensurada a partir de quão livre as transações comerciais de importação e exportação são de tarifas. A importância dessa Liberdade é pelo fato de que em uma economia globalizada, o empreendedorismo é muitíssimo favorecido pela troca com economias externas, seja compra de insumos, venda de produto, compras de maquinário, etc.

Na tabela 11 estão tabulados os dados referentes à Liberdade de Comércio:

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	56,2	67,4	61,4	69,6	70	69,5	69,5	67,6	67,6	68,9
Bélgica	80,2	82,4	86,6	86	85,8	87,5	87,6	87,1	86,8	87,8
Brasil	65,2	69	69,8	70,8	71,6	69,2	69,8	69,7	69,7	69,3
Finlândia	80,2	82,4	86,6	86	85,8	87,5	87,6	87,1	86,8	87,8
França	80,2	82,4	81,6	81	80,8	82,5	82,6	82,1	81,8	82,8
Japão	80,6	80,2	80,2	80	82	82,4	82,6	81,8	81,8	82,4
Holanda	80,2	82,4	86,6	86	85,8	87,5	87,6	87,1	86,8	87,8
Noruega	83,6	84,2	89,2	86,2	89,2	89,2	89,4	89,3	89,3	89,1
Espanha	80,2	82,4	86,6	86	85,8	87,5	87,6	87,1	86,8	87,8
Reino Unido	80,2	82,4	86,6	86	85,8	87,5	87,6	87,1	86,8	87,8
Estados Unidos	79,8	81,4	86,6	86,8	86,8	86,9	86,4	86,4	86,4	86,8
Média	76,96	79,69	81,98	82,22	82,67	83,38	83,48	82,95	82,78	83,48

Tabela 11– Liberdade de Comércio

Fonte: *The Heritage Foundation* (Elaborado pelo Autor)

Como pode ser observado na tabela 11, nossa amostra é composta por países que possuem grande Liberdade de Comércio, mesmo países como Argentina e Brasil, que estão bem abaixo da média, possuem um índice relativamente alto.

4.2.9 Liberdade de Investimento

A Liberdade de Investimento diz respeito a liberdade que investidores possuem de investir livremente, ou seja, sem restrições, nas diversas áreas da economia de

determinado país. Assim, trata-se da ausência de restrições de diferentes regras para investimentos de agentes domésticos e internacionais, abertura a investimento externo em qualquer área (no Brasil, as obras de infraestrutura devem ser executadas por empreiteiras nacionais, por exemplo), etc.

Na tabela 12 estão tabulados os dados referentes à Liberdade de Investimento:

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	50	50	50	50	50	45	45	40	40	30
Bélgica	90	90	90	90	90	80	80	80	80	85
Brasil	50	50	50	50	50	45	50	50	50	55
Finlândia	70	70	70	70	70	75	85	85	90	90
França	70	50	50	60	60	50	55	55	65	70
Japão	50	70	60	60	60	60	60	60	60	70
Holanda	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
Noruega	50	50	50	60	60	65	65	65	70	75
Espanha	70	70	70	70	80	80	80	80	80	80
Reino Unido	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
Estados Unidos	70	70	80	80	80	75	75	70	70	70
Média	68,18	68,18	68,18	70,00	70,91	68,64	70,45	69,55	71,36	73,18

Tabela 12– Liberdade de Comércio

Fonte: *The Heritage Foundation* (Elaborado pelo Autor)

De forma semelhante aos dados da tabela 11, referente à Liberdade de Comércio, pode-se observar na tabela 12 que a amostra apresenta países que desfrutam que boa Liberdade de Investimento. Com exceção do Brasil, e, principalmente, Argentina, que tem seu índice baixando drasticamente ao longo do período analisado. Esse baixo índice dificulta o trabalho do empreendedor que passa a ter dificuldade com os altos juros cobrados para empreender.

4.2.10 Liberdade Financeira

A Liberdade Financeira refere-se à eficiência bancária do país, a ausência de controle e interferência governamental no setor financeiro, ausência de instituições financeiras estatais.

A importância dessa liberdade ao empreendedorismo pode ser observada no Brasil principalmente em termos de alocação de crédito via bancos estatais para privilegiar determinado setor. Assim, o empreendedor ao invés de focar em empreender, direciona seu estado de alerta para atividades de Lobby, o que acaba por prejudicar o mercado como um todo, principalmente para pequenos empreendedores.

Na tabela 13 estão tabulados os dados referentes à Liberdade Financeira:

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	30	30	40	40	40	30	30	30	30	30
Bélgica	70	70	80	80	80	70	70	70	70	70
Brasil	50	50	40	40	50	50	50	60	60	60
Finlândia	70	70	80	80	80	80	80	80	80	80
França	50	50	60	70	70	70	70	70	70	70
Japão	30	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Holanda	90	90	80	90	90	80	80	80	80	80
Noruega	50	50	50	50	60	60	60	60	60	60
Espanha	70	70	80	80	80	80	80	80	70	70
Reino Unido	90	90	90	90	90	80	80	80	80	80
Estados Unidos	90	90	80	80	80	70	70	70	70	70
Média	62,73	64,55	66,36	68,18	70,00	65,45	65,45	66,36	65,45	65,45

Tabela 13– Liberdade Financeira

Fonte: *The Heritage Foundation* (Elaborado pelo Autor)

Como se pode observar na tabela 13, os empreendedores da Holanda e do Reino Unido desfrutam de certos benefícios em termos de Liberdade Financeira. O oposto ocorre na Argentina, onde há baixíssimo nível do presente índice.

4.2.11 Índice de Liberdade Econômica

Por fim, consta nessa seção a apresentação dos dados na tabela 14 do Índice de Liberdade Econômica, conforme divulgação da *The Heritage Foundation*.

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	51,69	53,42	53,98	54,16	52,32	51,20	51,74	47,96	46,69	44,56
Bélgica	69,01	71,76	72,51	71,65	72,13	70,06	70,15	68,98	69,20	69,87
Brasil	61,76	60,94	56,18	56,15	56,70	55,57	56,34	57,92	57,74	56,86
Finlândia	71,04	72,93	74,00	74,55	74,50	73,85	74,05	72,33	73,95	73,42
França	60,52	61,13	62,07	64,70	63,28	64,20	64,60	63,18	64,10	63,45
Japão	67,28	73,25	72,75	73,00	72,75	72,94	72,81	71,60	71,82	72,38
Holanda	72,92	75,35	75,46	77,35	76,97	74,96	74,69	73,27	73,53	74,23
Noruega	64,51	67,96	67,90	68,55	70,18	69,36	70,27	68,79	70,48	70,92
Espanha	67,03	68,18	69,24	69,09	70,07	69,62	70,15	69,11	68,02	67,25
Reino Unido	79,20	80,35	79,88	79,43	78,98	76,46	74,52	74,11	74,76	74,89
Estados Unidos	79,95	81,24	81,18	80,96	80,69	77,96	77,84	76,30	76,05	75,45
Média	67,72	69,68	69,56	69,96	69,87	68,74	68,83	67,60	67,85	67,57

Tabela 14– Liberdade Financeira

Fonte: *The Heritage Foundation* (Elaborado pelo Autor)

Buscando facilitar a análise, foi elaborado o gráfico 03 que ilustra a tabela 14 já apresentada.

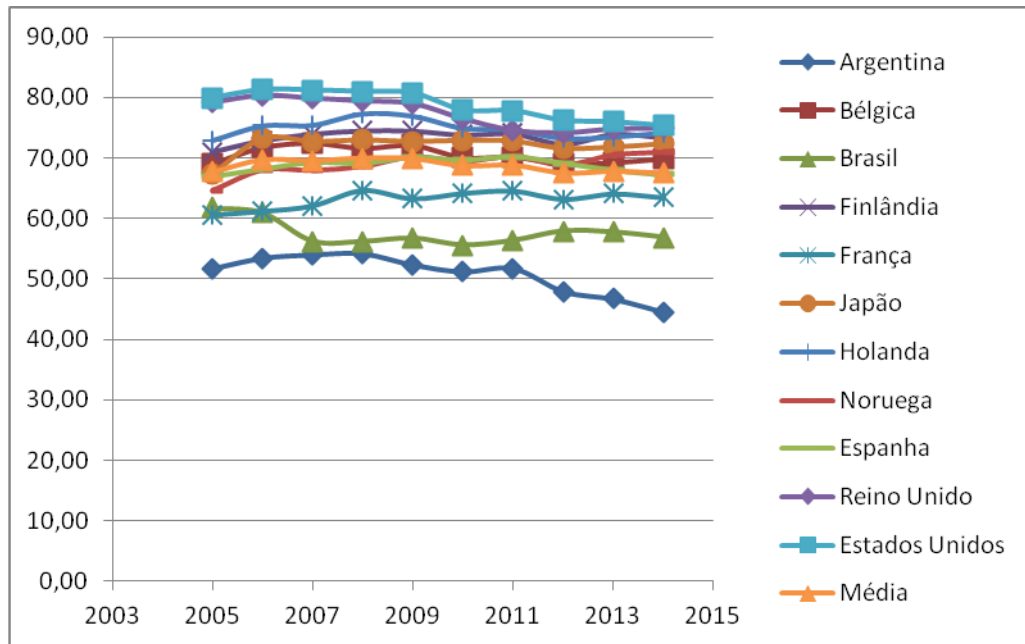


Gráfico 03 – Índice de Liberdade Econômica Global

Fonte *The Heritage Foundation* (Elaborado pelo Autor)

Conforme observa-se no gráfico, a amostra selecionada é composta por uma população consideravelmente homogênea em relação ao Índice de Liberdade Econômica. Cabe ressaltar a Argentina que nos últimos três anos observados se distanciou ainda mais da média da amostra, chegando a se posicionar vinte pontos abaixo da média. Também houve certo distanciamento do Brasil em relação a média, não tão acentuado quanto o da Argentina, mas chegou a se posicionar no geral cerca de dez pontos abaixo da média

4.3 Correlações

Após apresentar nas seções anteriores o Índice da Global Monitor Entrepreneurship e os dados referentes as Liberdades Econômicas que compõe o Índice da Heritage Foundation, será apresentado na tabela 15 as correlações entre as Liberdades Econômicas e o Índice de empreendedorismo.

Liberdade	Índice de Empreendedorismo
Propriedade Privada	-0,64
Liberdade de Corrupção	-0,68
Liberdade Fiscal	0,49
Gastos Governamentais	0,53
Liberdade Comercial	-0,64
Liberdade de Trabalho	-0,09
Liberdade Monetária	-0,68
Liberdade de Comércio	-0,62
Liberdade de Investimento	-0,51
Liberdade Financeira	-0,42
Liberdade Econômica Global	-0,55

Tabela 15– Correlações entre Índice de Empreendedorismo e Liberdades Econômicas
 Fonte: Elaborado pelo Autor

Ao se analisar os valores das correlações encontrados na tabela 15, percebe-se que não há nenhuma correlação forte, de acordo com os parâmetros adotados na metodologia, ou seja, acima de 0,7, entre o índice de empreendedorismo GME e os de liberdade econômica da *The Heritage Foundation* nos últimos dez anos.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Longe de exaurir a contribuição acadêmica que a escola austríaca de economia pode trazer para a administração acerca do empreendedorismo, o presente trabalho verificou que muito ainda deve ser repensado e debatido na academia sobre o papel do empreendedor na sociedade.

Ao longo do debate austríaco, pode-se perceber uma discussão forte acerca da possibilidade de haver empreendedor não detentor de capital. Porém, essa questão pode ser resolvida tanto pelo viés das teorias de administração que assumem os conhecimentos, habilidades e atitudes do indivíduo como sendo capital humano, quanto pelas teorias contábeis, que assumem que uma empresa é detentora de um ativo a partir do momento que ela possui o controle e risco sobre ele.

Portanto, sendo evidente que o empreendedor possui altíssima capacidade cognitiva, é possível afirmar que ele é detentor de “capital humano”. Além disso, também pode-se analisar que todo empreendedor é capitalista a partir do momento que ele obtém recursos no mercado para financiar sua ideia.

Outro ponto de debate percebido entre os austríacos é acerca do papel do empreendedor ser mais ativo ou mais passivo. Excelentes são os argumentos de ambos os lados, porém, pode ser possível entender que não há empreendedorismo sem que haja um mínimo de pró atividade.

Caso o papel do empreendedor se restringisse a sua passividade, não haveria ganhos de oportunidades inexploradas, logo, não seria possível identificar quem na sociedade é um empreendedor.

Pode ser levantada a hipótese do unicamente empreendedor passivo que ao perceber uma oportunidade inexplorada, ao invés de a explorar, avisa a outro empreendedor dessa possibilidade.

Nessa hipótese, pode-se considerar que a partir do momento que o primeiro empreendedor comenta com o segundo acerca da oportunidade, há um papel ativo

do primeiro empreendedor, pois houve uma ação, a de comentar, e portanto, alertar outro indivíduo acerca de uma oportunidade inexplorada de ganho.

Também pode-se analisar essa hipótese considerando que não houve empreendedorismo do primeiro indivíduo, mas somente do segundo que foi capaz de obter ganhos da possibilidade até então inexplorada.

Toda essa compreensão do papel do empreendedor na sociedade é fundamental para que a academia contribua de forma mais significativa no desenvolvimento do estado de alerta dos alunos de administração, vindo a desenvolver com mais eficiência o espírito empreendedor.

Para formar empreendedores não basta que haja a simples transmissão de conhecimento, como nas outras áreas de formação. O empreendedor deve aprender a estar constantemente em alerta para novos tipos de situações não previstas pela academia.

Por esse motivo, muitas grandes empresas têm criado suas próprias universidades, como é o caso da Apple, JP Morgan, Shell, etc. Em universidades corporativas, o empreendedorismo é ensinado a executivos das grandes empresas, que aprendem como aprimorar seu estado de alerta no sentido kirzneriano através de estudos de caso.

Quanto a relação entre empreendedorismo e liberdade econômica, não foi possível chegar a correlações fortes com os países escolhidos na amostra, no período dos últimos dez anos.

Surpreendendo foi verificar a correlação negativa que ocorreu entre empreendedorismo e propriedade privada, pois é inegável que os países que respeitaram a propriedade privada obtiveram maior crescimento da renda per capita, dos índices de desenvolvimento econômico, inclusive maior desenvolvimento cultural.

Isso ocorre, pois a propriedade privada propicia grande incentivo para que o empreendedor deixe de lado sua passividade Kirzneriana e adote uma pro atividade ao explorar uma oportunidade onde irá obter ganhos oferecendo um bem ou serviço demandado pela sociedade.

Outra grande importância da propriedade privada é que quando ela é reconhecida para todos da sociedade, não há socialização das perdas para os indivíduos da sociedade que não empreendem, evitando assim um risco moral para todo sistema, que poderia passar a ser mais propenso ao risco, posto que haveria a possibilidade de empreendedores mal sucedidos serem salvos em casos de falências com dinheiro público, como nos casos dos bancos na crise americana de 2008.

Portanto, para estudos futuros, sugere-se três pontos para explorar ainda mais essa relação entre empreendedorismo e liberdade econômica descrita na literatura, são eles:

- (i) Alterar o período de análise, se possível abranger mais anos;
- (ii) Alterar os países da amostra, se possível abranger mais do que onze países;
- (iii) Avaliar a possibilidade de alterar o método estatístico.

REFERÊNCIAS

- AGHION, P.; HOWITT, P. **Appropriate growth policy: a unifying framework**. Annual Congress of the European Economic Association, Amsterdam, 20, August, 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/eco/growth/35912476.pdf>>
- AUDRETSCH, D. B., KEILBACH, M. C., & LEHMANN, E. E. **Entrepreneurship and economic growth**. New York: Oxford University Press, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v12n4/05.pdf>>
- BARROS, A. A.; PEREIRA, C. M. M. A. **Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica**. RAC, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 975-993, Out./Dez., 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/840/84012405.pdf>>
- COCHRAN, T. C. **Entrepreneurship**. In: SILLIS, D. L. (ed.) **International encyclopedia of the social sciences**. London and New York, The MacMillan Co. & The Free Press, v. 5, p.87-91, 1968. Disponível em: <http://expertise.hec.ca/chair_entrepreneurship/wp-content/uploads/2008-03-Defining-the-Entrepreneur-Complexity-and-Multi-Dimensional-Systems-Some-Reflections.pdf>
- COWEN, T. **Entrepreneurship, Austrian Economics, and the Quarrel Between Philosophy and Poetry**. The Review of Austrian Economics, Vol. 16, No 1: 5-23, 2003. Disponível em: <http://www.gmu.edu/depts/rae/archives/VOL16_1_2003/1_Cowen.pdf>
- CUNHA, R. A. N. **A universidade na formação de empreendedores: a percepção prática dos alunos de graduação**. Curitiba, PR, Brasil: Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Administração, setembro, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v13n3/v13n3a07.pdf>>
- FIGUEIREDO D B F; SILVA J A. **Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r)**. Revista Política Hoje, v. 18, n. 8, p. 115-146, 2009.
- FILION, L. J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. São Paulo: Revista de Administração v. 34, n. 2, p. 05-08, abril/junho, 1999. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=102>
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GULISANO, A. G. **Empreendedorismo: Kirznerianos e Rothbardianos**. MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia. Volume 1, nº 2. Julho-dezembro, 2013.
- HAZLITT, H. **Economia Numa Lição Única**. 4 ed. Rio de Janeiro. Instituto Liberal, 1990.

HOPPE, H. H. **The Economics and Ethics of Private Property**. Ludwig Von Mises Institute, 2nd Edition. Alabama, 2006. Disponível em: <<https://mises.org/library/economics-and-ethics-private-property-0>>

HORWITZ, S. **Entrepreneurship, Exogenous Change and the Flexibility of Capital**. Journal des Economistes et des Etudes Humaines, Vol. 12 No. 1: 67-77, Mars, 2002. Disponível em: <http://myslu.stlawu.edu/~shorwitz/Papers/Kirzner_JEEH_2002.pdf>

HULSMANN, J. G. **Entrepreneurship and Economic Growth: Comment on Holcombe** The Journal of Austrian Economics vol. 2. n. 2:63-65. 1999. Disponível em: <<https://mises.org/library/entrepreneurship-and-economic-growth-comment-holcombe-0>>

_____, J. G. **Knowledge, Judgment and the Use of Propriety**. Review of Austrian Economics, Vol. 10, No 1: 23-48, 1997. Disponível em: <<https://mises.org/library/knowledge-judgment-and-use-property>>

HOLCOMBE, R. G. **Entrepreneurship and Economic Growth**. The Quarterly Journal of Austrian Economics 1. No. 2. 1998, 45-62. Disponível em: <<https://mises.org/library/entrepreneurship-and-economic-growth>>

KNIGHT, F. **Risco, Incerteza e Lucro**. Rio de Janeiro: Expressão & Cultura 1972

KIRZNER, I. M. **Competição e Atividade Empresarial**. Rio de Janeiro. Instituto Liberal, 1986.

_____, I. M. **Creativity and/or Alertness: A Reconsideration of the Schumpeterian Entrepreneur**. Review of Austrian Economics. Vol. 11, No. 1-2, 1999

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982

LUCAS, R. E. **On the mechanics of economic development**. Journal of Monetary Economics, 22(1), 3-42, 1988. Disponível em: <<http://www.parisschoolofeconomics.eu/docs/darcillon-thibault/lucasmecanicseconomicgrowth.pdf>>

MAIOR, J. S. F. Pesquisa em administração: em defesa do estudo de caso. Rio de Janeiro. Revista Administração Empreendedora, 1984. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v24n4/v24n4a24.pdf>>

MISES, L. V. **Ação Humana: um tratado de economia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995

RENKO, M; BULLOUGH, A. **Business Creation Under Adverse Conditions: A Global Study of the Importance of Entrepreneurial Resilience** Frontiers of Entrepreneurship Research: Vol. 33: Iss. 4, Article 11, 2013. Disponível em: <<http://digitalknowledge.babson.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2679&context=fer>>

ROTHBARD, M. N. *Man, Economy, and State, with Power and Market*. Ludwig Von Mises Institute, 2nd Edition. Alabama, 2009. Disponível em: <<https://mises.org/library/man-economy-and-state-power-and-market>>

SALERNO, J. T. **The Entrepreneur: Real and Imagined**. *Quarterly Journal of Austrian Economics*, Vol. 11, No. 3: 188-207, 2008. Disponível em: <<https://mises.org/library/entrepreneur-real-and-imagined>>

SAUTET, F. **Entrepreneurship, Institutions and Economic Growth**, 2004 Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1270523>

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editado por George Allen e Unwin Ltd.. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1961.

_____, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Trad. port., São Paulo: Abril Cultural, 1982.

STEL, A., van, CARREE, M., & THURIK, R. **The effect of entrepreneurial activity on national economic growth**. *Small Business Economics*, 24(3), 311-321, 2005. Disponível em: <<https://papers.econ.mpg.de/eqp/discussionpapers/2005-04.pdf>>

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.